



INSTITUTO DE HUMANIDADES
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES

GÉRFANE SAMILE LOPES ABREU

CORPO, COR E GÊNERO: UMA ANÁLISE DA MATERNIDADE DAS MULHERES
NEGRAS UNILABIANAS

REDENÇÃO-CE

2021

GÉRFANE SAMILE LOPES ABREU

**CORPO, COR E GÊNERO: UMA ANÁLISE DA MATERNIDADE DAS MULHERES
NEGRAS UNILABIANAS**

Trabalho de conclusão de curso em formato de projeto de pesquisa apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Humanidades, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Orientadora: Profa. Dra. Joalice Santos Conceição.

REDENÇÃO-CE

2021

GÉRFANE SAMILE LOPES ABREU

**CORPO, COR E GÊNERO: UMA ANÁLISE DA MATERNIDADE DAS MULHERES
NEGRAS UNILABIANAS**

Trabalho de conclusão de curso em formato de projeto de pesquisa apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Humanidades, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Aprovado em: 08 de Abril de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Joalice Santos Conceição (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Profa. Dra. Vera Regina Rodrigues da Silva

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Profa. Dra. Núbia Regina Moreira

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

AGRADECIMENTOS

Em linhas gerais, agradeço primeiramente a Deus por me agraciar com o dom da vida e me ajudar na caminhada todos os dias.

Agradeço a toda minha família, por me apoiar e incentivar, principalmente minha mãe que é meu alicerce e a parte fundamental dessa conquista.

A minha querida namorada Nathalia, por me ajudar nessa jornada e me erguer quando achei que não conseguiria levantar. Muito obrigada, meu amor!

Aos meus amigos: Gabriele, Gleice, Pâmela, Rodrigo e Lynardson pelos conselhos e por estarem ao meu lado quando precisei.

Sou grata a minha cachorrinha Catarina que me fez sorrir nos dias mais difíceis.

E a minha estimada orientadora Joalice Santos Conceição, por toda orientação, apoio, amizade e todo incentivo.

“Precisamos ser criadas para a liberdade. O mundo é grande demais para não sermos quem a gente é”.

(Elza Soares)

RESUMO

O presente projeto tem como objetivo analisar a maternidade da mulher negra afro-brasileira, no que toca a decisão de ser mãe ou não, a partir do feminismo branco, visto que, apesar de a maternidade ser uma pauta destinada ao sexo feminino, ao tratar das mulheres negras, essa questão se torna, por vezes, um fator socialmente irrelevante, já que o imaginário social coloca o corpo negro como o não preferível para a procriação, mediante ao passado escravista vivido por ela. Metodologicamente utilizaremos o enfoque qualitativo, com a técnica de entrevista semiestruturada, com o universo de 18 entrevistadas. Espera-se com a realização do estudo ampliar a visibilidade e reconhecimento do público acadêmico, principalmente mulheres negras afro-brasileiras. Com o intuito de obter resultados esperados sobre a temática através de embasamentos teóricos, dialogaremos com os seguintes autoras e autores: bell hooks (2015), Lucila Scavone (2001), Elisabeth Badinter (1985), Heleieth Saffioti (1976, 2011), Florestan Fernandes (2008), dentre outros. Assim, a hipótese deste trabalho baseia-se na crença de que a mulher negra afro-brasileira, a partir das ideias ocidentais, quase sempre foi posta em uma posição de submissão, o que pode levá-la a uma situação inadequada para a procriação, ao passo que retira dela direitos e valores corporais, bem como o poder de decisão. Mesmo depois do início das lutas feministas que proporcionavam alguns direitos, a pautas delas não incluíam as reivindicações das mulheres negras.

Palavras-chave: Corpo. Feminismo. Maternidade. Mulheres negras. Sociedade.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mãe preta (1912).....	24
Quadro 1 – Calendário de atividades.....	30

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CE – Ceará

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

UESB – Universidade Estadual do Sudeste da Bahia

UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	PROBLEMATIZAÇÃO.....	15
3	OBJETIVOS.....	16
3.1	Objetivo Geral.....	16
3.2	Objetivos Específicos.....	16
4	HIPÓTESES.....	17
5	JUSTIFICATIVA.....	18
6	METODOLOGIA.....	19
6.1	Tipo de Método.....	20
6.2	Técnica Utilizada.....	20
6.3	Local de Pesquisa.....	21
6.4	Descrição das Participantes e Critérios de Participação.....	21
7	REFERENCIAL TEÓRICO.....	21
7.1	Maternidade e Dominação Social.....	22
7.2	Maternidade e Estereótipos.....	24
7.3	Maternidade e Trabalho.....	28
7.4	Maternidade e Feminismo Hegemônico.....	29
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
9	CRONOGRAMA.....	31
	REFERÊNCIAS.....	32

1 INTRODUÇÃO

Desde a época da produção capitalista a mulher foi treinada para algumas atividades específicas tais como cuidar da casa, do marido e dos filhos. Segundo a ordem vigente toda mulher foi feita para reproduzir, sendo esse seu único valor estabelecido socialmente. Deste modo o presente projeto tem como objetivo analisar a maternidade da mulher negra afro-brasileira, no que toca a decisão de ser mãe ou não, a partir do feminismo branco, independente do ditame estabelecido pela sociedade de que toda mulher é feita para a procriação, e interseccionando três dimensões, que são: maternidade, feminismo e raça, que não podem ser trabalhadas de formas distintas nessa temática.

Os questionamentos em “função da maternidade no contexto do pós-guerra, em que as forças conservadoras defendiam a família, a moral e os bons costumes[...]”(SCAVONE, 2001, p.138), desencadearam através das teses do livro *O Segundo Sexo*, da escritora feminista Simone de Beauvoir, uma centralização da mulher como sujeito, mostrando os princípios necessários para uma politização, sendo uma delas a maternidade, contradizendo o “determinismo biológico” que destinava às mulheres somente a um propósito social de ser mãe, o que pode ser considerado como um marco para essa grande fase do feminismo, como mostra a citação abaixo:

Embora os bens de raiz se achem em parte abalados, a burguesia apegasse à velha moral que vê, na solidez da família, a garantia da propriedade privada: exige a presença da mulher no lar tanto mais vigorosamente quanto sua emancipação torna-se uma verdadeira ameaça; mesmo dentro da classe operária os homens tentaram frear essa libertação, porque as mulheres são encaradas como perigosas concorrentes, habituadas que estavam a trabalhar por salários mais baixos (BEAUVOIR, 1970, p. 17).

Em vista disso, como relata Elisabeth Badinter (1985, p. 25): “segundo a sociedade valorize ou deprecie a maternidade, a mulher será, em maior ou menor medida, uma boa mãe”. É definido um valor dominante, no qual, é colocado como imperativo pelo corpo social, que determina os fatores da história do comportamento materno e corporal da mulher. A vida das mulheres sempre foi administrada de acordo com os desejos masculinos, e constantemente submetida a uma idealização de privação e submissão, que, deviam procriar e obedecer as ordens do pai e do marido, isso até meados do século XIX (Badinter, 1985).

Para pensar na autonomia da mulher em relação à maternidade é necessário refletir as situações, fenômenos, dinâmicas, relações e construções sociais que a rodeiam, bem como mostrar a distinção das mulheres negras afro-brasileiras estereotipadas pela sociedade, uma vez que, a mulher sempre está incorporada em uma criação de valores culturais como a

hegemonia, que para Martin Carnoy, enfatizando o pensamento de Gramsci, retrata: “Tal hegemonia¹, nos termos de Gramsci, significava o predomínio ideológico dos valores e normas burguesas sobre as classes subalternas” (CARNOY, 1988, p. 90).

Outro conceito que está vinculado e envolvido a essa constituição de valor cultural é o patriarcado, pois dentro da concepção de gênero esse fator se trata da dominação e exploração estabelecida socialmente sobre as mulheres pelos homens, isso a partir da conceituação de Heleieth Saffioti (2011), que faz algumas pontuações, no qual, primeiramente o patriarcado² não se trata de uma relação privada, e sim civil, não sendo um fator universal, mas que se atribui somente aos homens; são dadas liberdades sexuais aos homens sobre as mulheres, sendo esse fator um dos núcleos principais do patriarcado; também se trata de uma estrutura que abrange toda a sociedade, até o Estado; e constitui uma relação de poder caracterizada pela ideologia e também pela violência (SAFFIOTI, 2011).

O conservadorismo também está associado a essa construção social de valores. Por exemplo, é exigido que a mulher continue sempre com os mesmos costumes impostos socialmente, já que o conservadorismo renega as transformações na sociedade, ou como coloca Jamerson de Souza: “O conservadorismo, tanto clássico, quanto contemporâneo, renuncia aos modernos ideais de democracia e justiça social, tomando-os como niveladores sociais”. (SOUZA, 2016, p.364). Nesses planos sociais, em diversas circunstâncias incluem a religião, junto com as relações heteronormativas³ monogâmicas, de modo que constitui um padrão de mulher para casar e ser mãe. Ricardo Mélo afirma:

Se existem diferenças e o corpo feminino é perfeito à maternagem (portanto ao privado) e o masculino é perfeito à guerra (portanto ao público), os corpos só devem se unir também de modo perfeitamente normal: um homem com uma mulher (MÉLLO, 2012, p. 199).

Sendo assim, a partir dessas questões que foram estabelecidas socialmente e começaram a serem questionadas sobre o corpo da mulher e, também, mediante a maternidade através dos movimentos, passaram a abordar diversos contextos sociais, junto com o papel da mulher como indivíduo, tratando-se de distintas questões, incluindo direitos políticos como o

¹ Carnoy também descreve que Gramsci teve embasamento sobre seu conceito de hegemonia através dos pensamentos de Marx acerca da “hegemonia burguesa” da sociedade civil, que se incorporava nas questões de classe como luta e consciência de classe e também transformação social (CARNOY, 1988, p. 90).

² Saffioti afirma que hodiernamente, as desigualdades existentes entre o homem e a mulher são de vestígios deixados por um patriarcado que não existe mais, ou pelo menos não como era antes, pois o patriarcado sendo um fator social está constantemente em transformação (SAFFIOTI, 2011, p. 45).

³ Heteronormativa ou a heterossexualidade é considerada socialmente o gênero padrão ou como coloca Mélo em seu artigo “A heterossexualidade é o modelo de normalidade” (MÉLLO, 2012, p. 199).

aborto, que hodiernamente ainda se mostra relativo mediante as ideias conservadoras, outrossim, a conquista pela liberação do uso de contraceptivos e a escolha de não ter filhos, debatidas pelos movimentos feministas, os quais valorizavam o lugar das mulheres, houve um rompimento com a premissa que determinava a mulher como reprodutora.

Em contrapartida, na atualidade as mulheres ainda que sofram com o processo de dominação, como punições por nascerem com um útero, podendo ou não ter filhos, podem escolher entre serem mães ou não, tendo direitos que somente através das lutas feministas e transformações históricas puderam adquirir. E apesar de a maternidade ser uma pauta destinada ao sexo feminino, ao se tratar das mulheres negras essa questão se torna por vezes um fator socialmente irrelevante, colocando o corpo negro como o não preferível para a procriação. Conforme declara Conceição Evaristo (2005), a representação de imagem da mulher negra ainda está interligada com o seu passado escravista, e o seu corpo visto como um objeto que era de divertimento do “macho senhor”, assim, esses fatores fazem com que a sociedade no seu imaginário crie uma perspectiva negativa de que não a vê como mãe, e destinando esse perfil de maternidade para as mulheres brancas (EVARISTO, 2005, p. 2).

Assim, a pesquisa proposta por este projeto busca compreender os fatores relativos à autonomia corporal da mulher dentro de um princípio de genetriz e comparar como esse preceito não está associado às mulheres negras afro-brasileiras assim como é para as mulheres brancas, e também ressaltar os termos “mulata” e “ama de leite” que são introduzidos dentro do imaginário social que perseguem a mulher negra afro-brasileira sobre seu corpo dentro do contexto de maternidade.

O que justifica esse feito é a classificação corporal e de cor, sendo o corpo colocado como o delicado e o preferível para ser mãe, o da mulher branca, e o da mulher negra afro-brasileira sempre vinculado a uma utopia de erotização, sexismo, do cuidado e do trabalho. Ana Cláudia Pacheco (2008) relata através dos conceitos de Lélia Gonzalez que as concepções sobre as mulheres negras estão praticamente sempre ligadas a um estereótipo de dominação sobre o trabalho e também sexual. Pacheco cita Gonzalez:

A mulher negra é vista pelo restante da sociedade a partir de dois tipos de qualificação “profissional”: doméstica e mulata. A profissão de “mulata” é uma das mais recentes criações do sistema hegemônico no sentido de um tipo especial de “mercado de trabalho” [...] produto de exportação (PACHECO, 2008, p. 11 *apud* GONZALEZ, 1979, pp. 1-25).

As relações afetivas e sexuais também estão vinculadas com a preferência corporal e de cor, e até mesmo a classe, como Pacheco (2008) afirma a partir de sua entrevista

com mulheres negras, analisou que as mesmas apresentaram ter dificuldades em se relacionar por conta da “cor/raça” e do “*status* econômico-social”, sendo esses fatores contribuintes para o discurso de “troca” das mulheres negras por mulheres brancas, e assim resultando na busca por ascendência dos homens negros, que tem como preferência se relacionarem com mulheres brancas.

É perceptível essa diferenciação ao se tratar das pautas feministas, que desde o começo foram direcionadas sobre e para as mulheres brancas, embora sejam lutas que incitam em uma igualdade feminina de direitos na sociedade. E de acordo com Bell Hooks através do seu envolvimento dentro do movimento feminista, a autora faz uma crítica sobre a condescendência das mulheres brancas ao trabalharem com as mulheres negras. Em seu relato ela diz:

Nossa presença em atividades do movimento não contava, já que as mulheres brancas estavam convencidas de que a negritude “real” significava falar o dialeto dos negros pobres, não ter estudos, ser esperta em uma série de outros estereótipos. Se nos atrevêssemos a criticar o movimento ou assumir responsabilidades por reformular ideias feministas e introduzir novas ideias, nossa voz era abafada, desconsiderada, silenciada. Só poderíamos ser ouvidas se nossas afirmações fizessem eco às visões dos discursos dominantes (HOOKS, 2015, p. 204).

Para se entender melhor a colocação acima, podemos refletir sobre a então luta sobre a liberdade do controle da natalidade, onde o movimento feminista apresentou diversas lutas em busca da liberdade e autonomia mediante ao corpo da mulher, colocando a maternidade voluntária como uma das principais pautas, isto é, a escolha de ter ou não filhos, agindo de forma excludente relativamente à mulher negra e outras associações. Um bom exemplo sobre essa questão é colocado por Angela Davis (2016), de que esperava que essa busca fosse diretamente a todas, já que esse direito seria um privilégio independente da raça e classe, e também houvesse uma união entre todos os grupos de mulheres em prol dessa questão, porém, esse movimento não foi próspero em reunir cada uma das distintas origens sociais, e as mulheres colocadas à frente quase não se preocupavam em mostrar abertamente as dificuldades das mulheres de classe trabalhadora, e muitas vezes faziam alegações a partir de princípios racistas (DAVIS, 2016, p. 216).

No item acima trabalhamos a ideia de visibilidade da maternidade da mulher negra e a falta de representatividade delas no movimento feminista hegemônico, no qual, mediante esses conceitos e conhecimentos tem-se como hipótese a seguinte prerrogativa: a crença de que a mulher negra afro-brasileira, a partir das ideias ocidentais, quase sempre, foi posta em uma posição de submissão, o que pode levá-la a uma situação inadequada para a procriação, ao passo que retira dela direitos e valores corporais, bem como o poder de decisão.

Mesmo depois do início das lutas feministas que proporcionavam alguns direitos, a pautas delas não incluíam as reivindicações das mulheres negras. Inclusive pode-se pensar de igual modo a questão da maternidade, enfatizando seu lugar como mulher na sociedade com os diversos rótulos inerentes a cor da pele, o imaginário de erotização e de sexo.

As mulheres negras estiveram continuamente relacionadas a uma idealização do mito da fragilidade feminina, como o corpo menos frágil e mais masculinizado de acordo com a sociedade, o perfeito para casar e ter filhos sempre foi o da mulher branca. Segundo Sueli Carneiro (2001):

As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não têm dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras. Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostituta. Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar (CARNEIRO, 2001. p. 1).

Portanto, tendo como base essa colocação de Sueli Carneiro, desde o século XIX vemos que as mulheres negras sempre buscaram subverter as colocações padronizadas pela sociedade, ou seja, o que era imposto sobre o que deveria ser a masculinidade e a feminilidade, fugindo da norma de mulher que seria “frágil, submissa e recatada”, assim como relata Michely Peres de Andrade (2018), enquanto as mulheres brancas manifestavam em busca por reivindicação de trabalho, as mulheres negras e também indígenas já tinham total conhecimento sobre como funcionava o mercado de trabalho (ANDRADE, 2018, p. 83).

Destarte, a necessidade de fazer este estudo é mostrar a desigualdade corporal da mulher negra afro-brasileira, junto com os diversos rótulos e estereótipos que sempre foram vinculados a mesma, com foco principal na questão da maternidade e as pautas feministas. Dentro desse último ponto e como já foi ressaltado logo acima cabe mostrar mais especificamente que a mulher negra afro-brasileira sempre esteve trabalhando para ter voz na sociedade, mas quase nunca foi ouvida, ou seja, o feminismo da mulher negra vai além do feminismo da mulher branca, sendo muito mais difícil, pois além de lutar para conseguir viver socialmente, ela tem que lidar com o mercado de trabalho que está vinculado com o preconceito diário, a partir disso pode ser destacada a mulher negra periférica, que além de

lutar para ter um emprego, colocando o ponto da maternidade, tem que enfrentar o que o corpo social impõe para os seus filhos.

Com o intuito de obter resultados esperados sobre a temática, através de embasamentos teóricos, serão abordados alguns autores como: bell hooks (2015), Lucila Scavone (2001), Elisabeth Badinter (1985), Heleieth Saffioti (1976, 2011), Florestan Fernandes (2008), dentre outros, que tratam sobre todos os conceitos trabalhados no presente projeto, isto é, o processo de dominação, submissão, os estereótipos sociais sobre o corpo da mulher negra afro-brasileira mediante a maternidade, também como o feminismo trabalha com as mulheres negras, e todas as outras questões que serão colocadas.

Em direção a alcançar tais objetivos da pesquisa, optamos por utilizar o método qualitativo, que de acordo com John W. Creswell (2007) o mesmo apresenta um tipo de metodologia que proporciona um resultado mais compreensível em relação ao motivo de um determinado caso que está acontecendo, a técnica será de entrevista semiestruturada, ou seja, apresenta um ponto inicial e uma diretiva introdutória a seguir. Esse procedimento possibilita que o diálogo possa ser feito sem proceder completamente um mesmo caminho, também pode ser mudada a estrutura das questões ou até alterada de acordo com o que for progredido na conversação.

Mediante a escolha do método e a técnica, o público para esta pesquisa serão alunas universitárias afro-brasileiras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab, no Ceará, dos cursos de Sociologia, Antropologia e História, que independente do semestre se encaixem dentro dos critérios estabelecidos para a coleta de dados, portanto julgamos ser o método qualitativo o mais indicado para a realização desta pesquisa.

Acreditamos que a realização da pesquisa proposta neste projeto possa ser mostrada questões que hodiernamente são um fator recorrente na sociedade, onde a mulher negra afro-brasileira não é totalmente bem vista por causa das ideias preconcebidas e estabelecidas, as quais relacionam seu corpo a cor da sua pele, à animalidade, logo a maternidade e as pautas feministas de clivagem eurocêntricas não atendem às suas reivindicações. Esse trabalho, visa ainda, contribuir para o entendimento do processo histórico sobre a erotização das mulheres negras afro-brasileiras, bem como entender quais as dificuldades que ainda hoje as mulheres negras afro-brasileiras sofrem. Deste modo, supõe-se que os resultados colhidos com esta pesquisa contribuirão para valorização da mulher negra afro-brasileira, como cidadã de direitos.

O projeto em discussão é composto pela seguinte estruturação: uma introdução para contextualizar a temática para o leitor, em seguida a situação problema, objetivos, hipótese, justificativa, metodologia junto com a técnica de pesquisa, referencial teórico, considerações finais, cronograma de atividade e por fim as referências.

2 PROBLEMATIZAÇÃO

Em muitas culturas a maternidade é um elemento primordial, na qual as mulheres corroboram tal construção social, por meio do intitulado papel de mulher, mãe e dona do lar. Mas ao se tratar da maternidade das mulheres negras surgem diversos fatores negativos que acompanham seu corpo e imagem, ancorados nos ditames de um passado ligado ao sistema escravista. Um exemplo disso, é mencionado por Angela Davis (2016) que ressalta que o momento em que as indústrias começaram a pensar numa ideologia feminina como subproduto do mercado de trabalho, na qual havia uma separação dos papéis desempenhados pelos homens e pelas mulheres brancas, isso as tornavam inferiores. Assim, a expressão com sentido aproximado de “mulher” se tornou “mãe” e “dona de casa”, porém, esse vocabulário não foi vigente entre as mulheres negras escravas (DAVIS, 2016, p.30).

Desse modo, a partir das observações sobre os princípios da maternidade e corpo da mulher negra afro-brasileira, surgem alguns questionamentos: por que o corpo da mulher negra afro-brasileira não é bem visto para a maternagem? Qual o corpo ideal tanto para casamento quanto para gerar filhos? Por que o imaginário eurocêntrico rotula a mulher negra afro-brasileira como “mulata” e “ama de leite”? Por que existe uma desigualdade entre as mulheres negras afro-brasileiras e as mulheres brancas?

Os questionamentos acima referidos podem ser melhor compreendidos com mais concisão no que tange à luta feminista das mulheres negras por igualdade e visibilidade, na qual as mesmas sempre tiveram dificuldades em mostrar seu lugar no meio social até mesmo entre as mulheres brancas. Tal fato é destacado em inúmeros artigos que podem ser encontrados no *site* Geledés⁴. Continuamente as mulheres negras feministas vivem em uma luta para aplanar seu lugar na sociedade assim como as mulheres brancas, refletindo sobre questões como as representações midiáticas sobre a mulher, o mercado de trabalho, a posição de vítima de violência sexual, principalmente, a maternidade. É preciso revisitar o feminismo, alerta Bairros (1995). De igual modo diversos pontos da luta tanto de mulheres brancas e

⁴ Disponível em: <https://www.geledes.org.br/feminismo-negro-sobre-minorias-dentro-da-minoria/>. Acesso em: 03 set. 2020.

negras podem ser pensados, porém, nos inquieta o fato das mulheres negras não conseguirem o mesmo nível de representatividade e igualdade no que toca à maternidade.

A colocação acima convida para uma reflexão, no qual mostra que as lutas feministas por igualdade de gênero não são idealizadas para todas as mulheres da mesma maneira. Salientamos que a questão da maternidade da mulher negra afro-brasileira não é um fator bem visto por toda sociedade, uma vez que acreditamos que essa questão está ligada à imagem de pobreza e marginalização, promiscuidade, adjetivos calcados em ideais escravistas, nas quais a mulher negra afro-brasileira torna-se incapaz de criar seus filhos para torná-los cidadãos de bem, portanto, seu passado impõe e autoriza a marginalização do corpo da mulher negra, que é rotulado e legitimado como abjeto e objetificado. Diante de todo esse manifesto, buscamos compreender essas noções aludidas à personificação corporal da mulher negra afro-brasileira, a supressão da maternidade sub-representada dentro do feminismo, o que será enfatizado adiante nos respectivos objetivos.

3 OBJETIVOS

A maternidade desde cedo foi entendida como um papel obrigatório para a mulher, o que acarretou a luta feminista por liberdade de escolha de ser mãe ou não. Mas esse fator não foi atribuído para todas as mulheres e sim para a mulheres brancas. Tais atribuições estão ligados ao eurocentrismo e racialismo que interseccionados com as normas capitalistas corroboram e incentivam a exclusão das mulheres negras, de modo a contribuir para corroborar com o imaginário estereotipado acerca do corpo da mulher negra afro-brasileira, já que ela não é vista como ideal para ser mãe, dentro dos princípios estabelecidos pela sociedade. E a partir dos conceitos destacados acima que formulamos os seguintes objetivos:

3.1 Objetivo Geral

- Analisar a maternidade da mulher negra afro-brasileira, no que toca a decisão de ser mãe ou não, a partir do feminismo branco.

3.2 Objetivos Específicos

- Investigar os estereótipos relativos ao corpo e cor da mulher negra afro-brasileira;
- Identificar qual o corpo considerado preferível para casar e ter filhos;
- Compreender o motivo pelo qual a maternidade da mulher negra afro-brasileira não ser bem vista no imaginário social.

4 HIPÓTESES

A mulher negra continuamente esteve associada a diversos rótulos impostos pela sociedade, desde o período colonial e pós-colonial, a sua imagem tem sido ligada a um passado de submissão justificado pela cor de sua pele, bem como pela subjugação, erotizando e hipersexualizando seu corpo, através do imaginário social, que impõe a esse corpo não preferível para a maternidade. Destarte, um exemplo que podemos destacar é que nesse primeiro período, a partir da expansão da mão de obra escravizada, a camada social proprietária passou a exigir que as mulheres negras escravas procriassem para o aumento da força de trabalho escravo, o que apesar de passar por um processo de maternidade, não eram tratadas como mães. Na verdade, aos olhos de seus proprietários, elas não eram realmente mães; eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava (DAVIS, 2016, p. 25-26).

Assim, acreditamos que os diversos fatores já mencionados tenham influenciado sobremaneira para que tais pensamentos negativos sobre a mulher negra afro-brasileira e seu corpo, no tocante à maternidade, tenham se solidificado na sociedade. Isso ocorre até mesmo dentro dos movimentos feministas cujas mulheres brancas têm maior representação. Desse modo, pensamos nas seguintes hipóteses:

- A existência da desigualdade social emerge a partir dos fatores estabelecidos pela hegemonia burguesa e cultura eurocêntrica;
- Há hierarquia racial dentro do movimento feminista branco e da sociedade capitalista;
- A criação de estereótipos sociais acerca do corpo e da maternidade da mulher negra afro-brasileira ocorre devido ao processo escravocrata, bem como a cor de sua pele;

- A sociedade nega às mulheres negras afro-brasileiras o direito à maternidade, uma vez que temem que elas não possuam capacidade de criar seus filhos, baseado em padrões ocidentais.

As mulheres negras tiveram e têm inúmeras dificuldades, principalmente na questão da ascensão social, já que a cor de sua pele, a erotização do seu corpo colocou-as em último lugar na pirâmide social. E apesar de necessitarem de uma visibilidade social, mesmo depois do início das lutas feministas que buscavam direitos de igualdade para as mulheres, nas quais uma das suas principais pautas foi o controle de natalidade, bem como o poder de escolha de terem ou não filhos, não tiveram interesse em incluir a realidade das mulheres negras impossibilitando assim, que as mesmas pudessem optar ou não pela maternidade.

5 JUSTIFICATIVA

A diferenciação da maternidade da mulher negra afro-brasileira é um fator recorrente, muitas vezes essa distinção deriva do passado escravista e do imaginário criado que se perpetua até hodiernamente por meio dos estereótipos. Logo, cabe ressaltar que, a mulher continuamente esteve associada ao contexto de maternidade, colocado primeiramente como um princípio reprodutivo natural, por nascerem com um útero e estarem ligadas a um preceito instintivo, assim como se refere Banditer (1985).

No século XVIII ocorreu uma sublevação das mentalidades, modificando a imagem e o papel de mãe. Depois de 1760 exuberantes manifestos foram realizados para que as mães cuidassem diretamente dos seus filhos. Além disso, os manifestantes exigiam que o processo de amamentação fosse institucionalizado, impondo à mulher o dever de se tornar mãe amamentadora antes mesmo dela decidir pela maternagem, atribuindo o início ao mito “do instinto materno ou do amor espontâneo de toda mãe pelo filho.” (BANDITER, 1985, p.145).

O ponto mencionado acima mostra uma realidade distinta da maternidade atribuída as mulheres negras afro-brasileiras pela sociedade que se aplica aos ideais ocidentais. Impondo no aspecto da mulher negra afro-brasileira uma negação de diversos valores, inclusive sua posição como mãe, na qual está associado aos diferentes fatores como a sua cor, gênero, seu passado escravista e por muitas vezes sua classe. E conseqüentemente este imaginário sobre a maternidade da mulher negra afro-brasileira liga-se aos preceitos do corpo social capitalista que se difundem a partir dos diversos estereótipos criados sobre seu corpo e, por conseguinte, acerca da sua maternidade como os termos “ama de leite” e “mulata”, que apesar dos

significados distintos, ambos englobam o cânone da maternidade da mulher negra afro-brasileira aqui destacado.

Deste modo, convém pensar a partir desses pressupostos criados pelo imaginário coletivo, expressos em inúmeras definições sobre a diferenciação entre a mulher negra afro-brasileira e a mulher branca do imaginário ocidental, salientado no decorrer desse trabalho.

A partir das questões levantadas acima e no decorrer de todo o texto, buscamos refletir sobre os contextos desiguais da maternidade da mulher negra afro-brasileira, seu corpo e os estereótipos que a acompanham diariamente. A intenção é mostrar no desenvolvimento da pesquisa, como essas circunstâncias estão visíveis na sociedade, sendo essa mesma sociedade a principal contribuinte para o imaginário criado sobre a mulher negra afro-brasileira, cuja posição continua no patamar de inferioridade na pirâmide social, em comparação à pessoas do seu mesmo gênero, inclusive aquelas que fazem parte das lutas feministas por liberdade de expressão, escolha, visibilidade, dentre outros, sem que pensem na inclusão da realidade das mulheres negras afro-brasileiras.

A realização do estudo em questão se fundamenta como forma de ampliar a visibilidade e reconhecimento ao público acadêmico, principalmente mulheres negras afro-brasileiras e também movimentos inclusivos da realidade das mulheres negras, ou até mesmo mulheres que independente da raça se interessem pelo tema, podendo resultar assim em um maior aprofundamento da temática aqui trabalhada. Diante do exposto justificamos a relevância da pesquisa.

6 METODOLOGIA

Em muitos casos a maternidade da mulher negra afro-brasileira é questionada mediante aos aspectos negativos da sociedade sobre raça, gênero e classe. Essas três intersecções por vezes estão ligadas às mulheres negras, fator esse destacado por Joalice Conceição (2013), como forma de inferiorização social; e assim retirando das mesmas muitos direitos, tal como direito à maternidade. Desse modo, esse projeto busca refletir as problemáticas levantadas no decorrer do trabalho acerca da maternidade da mulher negra afro-brasileira. Outrossim, os estereótipos que a sociedade atribui ao seu corpo, a partir de pensamentos racistas e eurocêntricos que denotam imaginários negativos sobre o seu lugar como mãe. Soma-se ao fato a sua vivência na sociedade que é marcada por uma realidade que o feminismo hegemônico não engloba, já que o movimento determina uma busca por direitos

das mulheres sem considerar as especificidades existentes entre elas, sobretudo no que toca à maternidade⁵.

6.1 Tipo de Método

O método de pesquisa tem como finalidade qualificar a pesquisa que será realizada e quais os procedimentos que devem ser seguidos para a realização da investigação. Assim como expõe Minayo (2002) é incluindo na metodologia noções de aproximação teórica, e também técnicas que colaboram para um entendimento do que é real, utilizando “um instrumental claro, coerente, elaborado” (MINAYO, 2002, p. 16) que possibilitam a resolução dos problemas teóricos a partir das instigações desenvolvidas.

Para conseguir os resultados desejados da pesquisa utilizaremos o método qualitativo, que tem como objetivo compreender questões subjetivas da problemática investigada, além de focalizar na especificidade da temática e conceitos. Além disso o método qualitativo permite analisar organizada e indutivamente as narrativas das informações. A escolha do presente método dá-se em função do público escolhido, que são estudantes universitárias, tornando o resultado da pesquisa mais abrangente e indutivo por acreditar que as mesmas estão mais familiarizadas com a temática. Desse modo, justificamos a escolha do presente método para a temática a ser trabalhada, uma vez que oferece respostas mais diretas, mas podem ser igualmente aprofundadas caso haja necessidade para os resultados desejados, por isso, consideramos o método qualitativo o mais adequado.

6.2 Técnica Utilizada

A técnica da pesquisa para coleta de dados será a entrevista semiestruturada, auxiliada pela observação e anotações do caderno de campo acerca das questões que serão trabalhadas nas entrevistas. Nesse sentido, a construção dos dados teóricos resulta de dados empíricos levantados por meio das técnicas utilizadas no estudo. Ao falar da técnica de entrevista Neto (2002) afirma:

A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta de fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que

⁵ Vale ressaltar, que a pesquisa em questão não foi realizada por estarmos em um período nefasto de pandemia do COVID-19, o que nos impediu de colocar em prática o referido trabalho.

vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. Suas formas de realização podem ser de natureza individual e/ou coletiva (NETO, 2002, p. 57).

O excerto acima, denota o diálogo através da entrevista como uma maneira prática de obtenção de resultados, no qual, na conversa, exista uma forma de vinculação entre o entrevistado e entrevistador ao se tratar da realidade que está sendo trabalhada, pois, possivelmente possam relatar fatores de sua vivência. Assim, as entrevistas serão realizadas com 18 estudantes, com questionamentos de perguntas abertas. Serão aplicadas individualmente, gravadas em áudio ou vídeo, com o objetivo de apreender o ponto de vista de cada uma das envolvidas.

6.3 Local da Pesquisa

A pesquisa será realizada na Unilab, no *campus* dos Palmares, localizado no município de Acarape-CE. A determinada universidade foi escolhida como local de pesquisa por ser uma universidade interiorizada, diferenciada e pautada na integração entre os países lusófonos, na qual abrange um considerável contingente de estudantes negras principais interlocutoras da investigação.

6.4 Descrição das Participantes e Critérios de Participação

As participantes da pesquisa serão mulheres negras afro-brasileiras, estudantes da área de humanas, dos cursos de Sociologia, Antropologia e História, sendo elas brasileiras ou estrangeiras, e que independente do semestre, estejam dentro dos critérios que julgamos serem adequados para a pesquisa, pois se trata de narrativas pessoais acerca da referida temática. Destarte, a escolha das participantes deu-se por estarmos trabalhando com a temática de mulheres negras afro-brasileiras e por considerar que as mesmas tenham passado por alguma experiência relacionada aos parâmetros da pesquisa.

E para melhor entender essa escolha das participantes, os critérios adotados são:

- Serem mulheres negras afro-brasileiras;
- Serem brasileiras ou estrangeiras;
- Serem estudantes universitárias da Unilab;
- Serem discentes da área de humanas;
- Serem dos cursos de Sociologia, Antropologia e História;

- Cursarem qualquer semestre.

7 REFERENCIAL TEÓRICO

Os marcadores sociais que acompanham a vida das mulheres negras afro-brasileiras são explanados como forma de menosprezo diante das interseccionalidades, ou melhor, as relações de poder que são impostas sobre essas mulheres, mas apesar de se encontrarem em um patamar de inferioridade, as pautas feministas que buscam igualdade de direito e oportunidade entre homens e mulheres e o fim do patriarcado na sociedade não demonstraram interesse em incluir a realidade das mulheres negras. Assim, para aprofundar as reflexões e os procedimentos trabalhados no projeto, traremos autores e autoras com o intuito de melhor entender teoricamente a temática, a fim de gerar um debate no qual destacaremos aqui com uma breve explanação acerca de cada autor ou autora.

7.1 Maternidade e Dominação Social

Tendo o patriarcado como referência, a ideia da maternidade parece ser um fator de obrigação para as mulheres. Neste sentido cabe pensar se a maternidade é de preferência para todas as mulheres? A maternidade das mulheres negras é vista como algo negativo pela sociedade por padrões que a regem a partir do seu passado e sua cor de pele? Mas para entender melhor, vamos destacar primeiro a ênfase dada a maternidade que segue a vida das mulheres, tanto pelo simbolismo cultural, pela forma padronizada do campo social, assim como as pessoas alienadas que as acompanham, como afirma o texto em destaque.

Mais precisamente, os defensores do amor materno "imutável quanto ao fundo" são evidentemente os que postulam a existência de uma natureza humana que só se modifica na "superfície". A cultura não passa de um epifenômeno. Aos seus olhos, a maternidade e o amor que a acompanha estariam inscritos desde toda a eternidade na natureza feminina. Desse ponto de vista, uma mulher é feita para ser mãe, e mais, uma boa mãe (BANDITER, 1985, p. 14).

Essa criação cultural de valores integraliza questões sociais, já que as dicotomias arcaicas contribuem para a dominação de vários fatores, como o gênero, que está dentro das intersecções mensuradas pela sociedade patriarcal em que a mulher vive em uma colocação de definições, como as relatadas por Piscitelli (2009), ante a diversos contextos a mulher sendo capaz de ter filhos, faz da maternidade a primeira e a mais importante atividade a ser

desenvolvida por ela, tornando-a prisioneira da maternidade. Além de cuidar da casa e da família, como seu principal ponto de atuação (PISCITELLI, 2009, p. 2).

Alicerçando essas atribuições, é visível a forma de dominação masculina e da sociedade patriarcal, já que “os homens dominam coletiva e individualmente as mulheres. Esta dominação se exerce na esfera privada ou pública e atribui aos homens privilégios materiais, culturais e simbólicos” (WELZER-LANG, 2001, p. 461), o autor denota as formas de como a sociedade compactua para dar a representação de poder e privilégio masculino sobre as mulheres, sendo esse o principal fator de desigualdade. Ampliando essa ideia, Saffioti (1976) denota como a imaginação social determinava a felicidade pessoal da mulher, de que seria:

A felicidade pessoal da mulher, tal como era então entendida, incluía necessariamente o casamento. Através dele é que se consolidava sua posição social e se garantia sua estabilidade ou prosperidade econômica[...], dada sua incapacidade civil, levavam uma existência dependente de seus maridos. E a asserção é válida quer se tomem as camadas ociosas em que a mulher dependia economicamente do homem, quer se atente para as camadas laboriosas nas quais a obediência da mulher ao marido era uma norma ditada pela tradição (SAFFIOTI, 1976, p. 8).

Desse modo, vemos que a mulher esteve associada a um mito de felicidade estabelecido pela sociedade, no qual, casar seria necessário para garantir uma vida social feliz, econômica, e totalmente a mercê do homem. É claro que seus deveres eram reduzidos a ser mãe e cuidar da casa. Contudo, a partir do início das lutas feministas e suas ondas, no momento em que o liberalismo e o patriarcado estavam unidos, as mulheres procuraram reivindicar seus direitos, primeiramente ao voto, direitos trabalhistas igualitários, sua liberdade de escolha ao casamento, a de ter filhos ou não, entre outros, com a finalidade de romper com as premissas estabelecidas pela sociedade hegemônica caracterizada pelo machismo, que faziam parte do seu papel como indivíduo, no qual abriu caminho para a percepção de que a maternidade colaborava para a dominação da sociedade patriarcal, e assim, delimitando seus direitos sociais, como dentro do mercado de trabalho.

As concepções mostradas até aqui destacam uma vivência que definia a mulher branca na sociedade, desde a colocação de perfeita para ser mãe, sendo esse seu único prestígio, até as lutas feministas para a escolha ou não da maternagem, entre outros direitos. No entanto cabe pensar em outro grupo de mulheres que estão em constante luta pelo direito do reconhecimento do seu lugar social, já que a sua realidade dentro dos movimentos não foi levada em consideração pelas feministas brancas, principalmente no tratar da maternidade e os processos de dominação da sociedade patriarcal e eurocêntrica.

A dominação das mulheres negras na sociedade se encontra em consonância com as das mulheres brancas, mas na forma de dominância pelo gênero, já que existe uma intersecção ao se tratar da mulher negra afro-brasileira, pois a mesma sofre com a desigualdade por seu gênero, raça e por vezes sua classe. Desigualdades essas que resultam, como denota Silva (2012), do imaginário de que a população pobre, “leia-se a população negra” em geral são vistas como as causadoras dos problemas da sociedade (SILVA, 2012, p.47). Esse fator também é desenvolvido por Joalice Conceição (2013) ao abordar sobre as mulheres nas irmandades negras que sofriam por serem mulher, negra e muitas vezes por serem pobres.

Não obstante ser um tema recorrente na antropologia – embora a ciência tente se mostrar neutra, falando de indivíduos genéricos, ela (a ciência) participa de um jogo de construção da diferença das mulheres em relação a uma esfera dominante de gênero, em que as primeiras ficam prejudicadas, pois são duplamente discriminadas: primeiro por serem mulheres, segundo por serem negras. E, se forem pobres, sofrerão mais uma discriminação (CONCEIÇÃO, 2013, p. 186).

Refletindo sobre a citação a autora reafirma que a mulher negra sofre diversas discriminações, e que a ciência, apesar de se parecer isenta de definições relacionadas ao gênero, colabora para uma distinção e definição social sobre a imagem das mulheres negras nas sociedades, fortalecendo as interseccionalidades e os estereótipos que acabam convergindo em consequências no processo de maternidade, em específico destas.

7.2 Maternidade e Estereótipos

A visão social sobre as mulheres negras inclui a imagem da sua forma materna, ou seja, as atribuições sobre seu corpo no imaginário social, contribuem para uma desvalorização e marginalização da sua maternidade. Vejamos, a mulher como um ser inferiorizado pelo homem, automaticamente imposto pela sociedade, delimita as suas funções, principalmente ao se tratar da maternidade, o ponto essencial na vida das mesmas, mas ao se tratar da mulher negra afro-brasileira, essa colocação de maternidade é voltada para concepções negativas, pois o corpo perfeito para casar e ter filhos é o da mulher branca.

As classificações dos sujeitos na sociedade são destacadas pelas formas de controle, principalmente quando se trata do corpo, assim como é destacado por Guacira Louro (2000) “Ao classificar os sujeitos, toda sociedade estabelece divisões e atribui rótulos que pretendem fixar as identidades. Ela define, separa e, de formas sutis ou violentas, também distingue e discrimina” (LOURO, 2000, p. 9). Com isso, é possível perceber que os

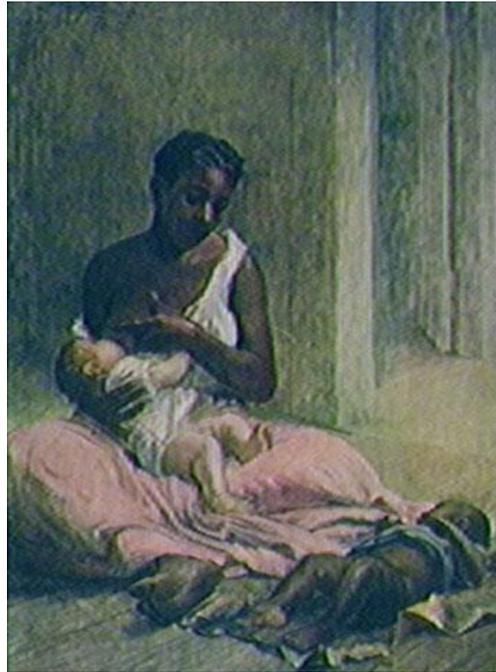
estereótipos atribuídos ao corpo da mulher negra afro-brasileira e diretamente a sua maternidade, surge de um imaginário classificado pelo corpo social, a partir do seu passado escravista.

Em um primeiro ponto, a mulher negra era classificada como reprodutora, já que os proprietários de escravos, começaram a lucrar com a mão de obra escrava, e desse modo, precisavam de mais pessoas para trabalhar, e assim, valorizando a forma das mulheres negras de dar à luz, mas sendo somente classificadas como reprodutoras, Angela Davis (2016) define essa atribuição quando diz que as mulheres negras escravas quando não eram classificadas como mães, os seus filhos eram vendidos como animais (DAVIS, 2016, p. 26). Já em outro ponto, a maternidade da mesma passou a ser vista como uma forma de agregar mais pessoas denominadas de “marginais” pela sociedade.

Nos marcadores do passado e da visão negativa sobre as mulheres negras, seu corpo e sua maternidade, criou-se definições sexistas e racistas em detrimento do imaginário estabelecido mediante seu corpo, que foi erotizado e hipersexualizado ao longo dos anos. Neste sentido, vale ressaltar os dois termos utilizados para referenciar a mulher negra afro-brasileira, seu corpo, e, portanto, a sua maternidade, pois ambos estão interligados a estereótipos de relações históricas de trabalho e exploração.

Primeiramente a “ama de leite” ou “mãe preta”, mulher negra designada a cuidar e amamentar o filho da mulher branca, como forma de trabalho doméstico, como evidencia Silva (2017) “A mãe preta estabelece correspondência com a figura que, no contexto literário, cinematográfico e midiático estadunidense fixou-se como mammy, isto é, a representação da trabalhadora negra doméstica” (SILVA, 2017, p. 134) ou seja, existe uma romantização na literatura ao se tratar das amas de leite.

Figura 1 – Mãe preta (1912)



Fonte: Lucílio de Albuquerque (Não encontrado em sua imagem original)⁶

Em detrimento do uso corporal da mulher negra ama de leite, criou-se uma noção sexualizada sobre a sua forma de amamentar, insinuando uma então imaturidade sexual nos rapazes brancos como destacado por Gilberto Freyre (2003):

Já houve quem insinuasse a possibilidade de se desenvolver das relações íntimas da criança branca com a ama-de-leite negra muito do pendor sexual que se nota pelas mulheres de cor no filho-família dos países escravocratas. A importância psíquica do ato de mamar, dos seus efeitos sobre a criança, é na verdade considerada enorme pelos psicólogos modernos; e talvez tenha alguma razão Calhoun para supor esses efeitos de grande significação no caso de brancos criados por amas negras (FREYRE, 2003, p. 191).

A colocação de Freyre nos mostra uma ideia maximizada da sexualização do corpo da mulher negra, ou seja, é criada uma rotulação sobre as mulheres negras amas de leite, no qual, até no seu ato de amamentar ela estaria vinculada à sexualidade, cuja relação com a criança branca despertaria pensamentos e desejos de cunho sexuais. Assim, esses fatores nos fazem refletir em como esses pensamentos influenciam até nos dias de hoje a vida dessas mulheres, assim como o ponto citado adiante.

Voltando aos marcadores associados à mulher negra afro-brasileira, refletimos sobre o termo a “mulata”; refere-se ao que seria destinado à mulher mestiça, que no imaginário social, se trata de uma fusão de um cavalo com uma jumenta, ou seja, de um

⁶ Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa21324/lucilio-de-albuquerque>. Acesso em: 16 set. 2020.

homem branco com uma mulher negra. Essa expressão, ao que indica, se refere a um animal híbrido cujo a imagem seria de um animal estéril, e dessa forma, a mulher negra vista como a mulher mulata, se trata de uma mulher improdutiva, incapaz de ser mãe ou de gerar filhos. Um outro fator sobre as mulatas, são mensuradas a partir do imaginário erotizado para o entretenimento do sexo, podemos destacar um exemplo, como os sambas, os carnavais, e a então “globeleza” representada pela emissora de TV Rede Globo, que mostra como o corpo da mulher negra afro-brasileira é tido como uma forma de dominação social. Para Ana C. Pacheco (2008) o mito freyriano sobre a mulata⁷ diz respeito à sexualidade. Seria por assim dizer: “branca para casar, mulata para f..... e negra para trabalhar”. (PACHECO, 2008, p. 63).

Os autores Boris e Cesídio (2007) dizem que:

No Brasil, a mulher branca era escolhida para casar, mas o homem tinha maior preferência sexual pela mulata, pela cabocla e pela morena devido à beleza dos seus olhos, à alvura dos seus dentes e aos seus dengos, do que pelas brancas virgens e loiras (BORIS; CESÍDIO, 2007, p. 457).

A criação de valores sociais, a partir dessa romantização, encobre as formas de controle sobre o corpo da mulher negra afro-brasileira, o que, nesse sentido, o nascimento da mestiça ou então “mulata” se deu a partir de estupros, que não são totalmente mostrados, principalmente nas literaturas.

Esses dois termos destacados, mostram como a mulher negra afro-brasileira e sua maternidade estão habitualmente inseridas em colocações distintas e também negativas, onde a imagem do seu corpo é explorada, se baseando por utopias do seu passado. Logo, esses termos denotam em como a sociedade enxerga somente essas atribuições, já que seu passado inclui muitos tipos de opressão, mas a sociedade só delimita a sua imagem como algo negativo, com um útero sujo. Essas atribuições sociais sempre estiveram vinculadas aos imaginários e valores eurocêntricos e etnocêntricos, desde o político, cultural e econômico e todos os fatores que englobam o corpo social integralmente.

A mulher negra, apesar de ter sua imagem hipersexualizada, também é vista como um ser masculinizado, detentora de força semelhante ao do homem. Enquanto a mulher branca é colocada como o ser frágil e perfeita para o matrimônio. Fernandes (2008) ressalta que a constituição da mulher negra no decorrer do tempo em detrimento do abuso e da

⁷ Gilberto Freyre mais conhecido por seu ensaio Casa-Grande e Senzala (1933), enfatiza a democracia racial, que se trata de uma visão de igualdade social entre todos, o que era defendido pelo autor, ou seja, tanto os negros quanto os índios não sofriam discriminação dentro da sociedade brasileira. Fato inverídico, pois os conflitos raciais são estruturantes no Brasil.

violência da sociedade machista e racista propagou as mais piores formas de classificação contra as mulheres negras, que dentro da colocação de masculinizada se torna mais forte do que a mulher branca, estando em igualdade com o homem negro. (FERNANDES, 2008, p. 695-696) Com base nessas questões Angela Davis (2016) revela:

Mas as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas (DAVIS, 2016, p. 25).

A colocação da autora acima, mostra como o corpo da mulher negra era explorado, tanto para o trabalho pesado, quanto para sofrerem os castigos mais desumanos. Esses pontos colaboram para o entendimento da exploração da mulher negra no trabalho e nos abusos em relação ao seu corpo.

7.3 Maternidade e Trabalho

As formas de trabalho impostas eram distintas, algumas mais pesadas, mas a forma de exploração era a mesma, claro, mesmo após o período abolicionista, os negros tiveram dificuldades em encontrar trabalho. No contexto apresentado por Florestan Fernandes (2008), pode ser pensando que, após um longo período de abolição, não houve um processo de integração do negro na sociedade, principalmente do homem, pois, os trabalhos voltados aos homens negros eram totalmente de baixo nível, mais baixos até do que os processos da escravidão, pois os imigrantes que ficaram responsáveis sobre os novos campos de produção, deixaram o homem negro sem nenhum tipo de acesso ao emprego, assim, a mulher negra começou a comandar a família, pois, as mesmas tinham oportunidades de trabalho, como cuidar de casas e dos filhos das mulheres brancas (FERNANDES, 2008, p. 327).

Davis (2016) também denota que as mulheres negras grávidas eram forçadas a trabalhar, junto as mulheres com filhos de colo. Enquanto trabalhavam na lavoura, algumas eram obrigadas a se afastar dos seus filhos, tendo que deixá-los aos cuidados de outras pessoas, muitas vezes com outros filhos ainda criança, ou até mesmo deixavam próximos ao chão onde trabalhavam, outras, procuravam manter os filhos por perto, amarrados as costas

para trabalhar. Desse modo, a autora manifesta como as mulheres negras grávidas eram tratadas:

As mulheres grávidas não apenas eram obrigadas a realizar o trabalho agrícola usual como também estavam sujeitas às chicotadas que trabalhadoras e trabalhadores normalmente recebiam se deixassem de cumprir a cota diária ou se protestassem com “insolência” contra o tratamento recebido (DAVIS, 2016, p. 28).

A força de trabalho “bruto” direcionado a mulheres negras grávidas e como elas eram tratadas dentro do sistema escravista mostram como existe diferenciação no trato da maternidade da mulher branca – que apesar de serem usadas também como um meio de procriação – que era totalmente almejada e agraciada pela sociedade, enquanto a mulher negra era posicionada como um produto lucrativo. Outrossim, as mulheres brancas mães, por vezes, deixavam seus filhos aos cuidados das amas-de-leite que também tinham filhos, mas eram obrigadas a deixá-los de lado para atender as crianças brancas.

Esses contextos históricos da mulher negra, sua maternidade e o trabalho nos fazem pensar como essas concepções influenciam na vivência dessas mulheres nos dias de hoje. De fato, existe um sistema branco que dificulta a entrada dessas pessoas dentro do mercado de trabalho. Um exemplo seria de uma mulher negra, periférica e mãe, que além de encontrar barreiras por sua cor e classe, também é renegada por ter filho. Assim, a mulher negra afro-brasileira, quando possui filho, tem dificuldade no mundo do trabalho, mesmo como doméstico. Logo, a maternidade pode ser entendida como não desejável.

Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA⁸, em 2019, ao responder ao tópico “Quem são as trabalhadoras domésticas no Brasil?” revela como a mulher negra está associada ao seu passado, isto é, ao passado onde as mulheres negras eram impostas a alguns trabalhos, principalmente na casa grande e na cozinha no período escravocrata, e hoje, com o racismo estrutural, o trabalho doméstico no Brasil é realizado em maior quantidade por mulheres negras de classe baixa. Essa apresentação mostra como essa associação ao passado escravo influencia até hoje a vida das mulheres negras em diversos pontos, inclusive a maternidade. Fator esse que deveria ser abordado profundamente nas pautas feministas, já que se tratam de um movimento político defensor das mulheres e seus direitos, tanto trabalhistas, como materno, porém, as mulheres negras não foram totalmente deferidas dentro do movimento.

⁸ O IPEA fornece e disponibiliza pesquisas para a sociedade, a partir da concepção e supervisão, governamentais, de políticas públicas, entre outros. Disponível em: www.ipea.gov.br/retrato. Acesso em: 24 fev. 2020.

7.4 Maternidade e Feminismo Hegemônico

Concerne refletir que o feminismo como um movimento político em suas instâncias, negligenciou as pautas das mulheres negras, já que as suas lutas eram sobre uma busca por igualdade de gênero, enquanto as mulheres negras buscavam o reconhecimento primeiro pela sua humanidade, em segundo melhores condições de vida. Assim como reforça Moreira (2007) ao dizer que “[...] havia, por parte das mulheres negras, dificuldades de se identificar com as bandeiras de lutas e definições estratégicas no âmbito do movimento feminista” (MOREIRA, 2007, p. 9). Apesar de o movimento beneficiar todas as mulheres, existiu uma privação ao se tratar das questões relacionadas as mulheres negras. Portanto, o feminismo hegemônico não alocou as demais mulheres a não ser as mulheres brancas. Mesmo quando a pauta poderia facilmente aproximar questões que também diziam respeito às negras, como foi o caso do estupro, no qual as mulheres feministas induziram e conduziram manifestos contra esse feito, a vivência das mulheres negras, no início não foi dada a devida atenção. Pois, as mulheres negras com o seu passado, tiveram experiências pavorosas, como expõe a autora abaixo.

A mulher branca não estabeleceu vínculos de solidariedade com a mulher negra escravizada nas situações de violência ou estupro, por exemplo. Ao contrário, o machismo e o racismo construíram uma relação de profunda ojeriza à mulher negra que se estende pelo século XX (FERNANDES, 2016, p. 698).

Em vista disso, é perceptível a relação de distinção dentro do movimento feminista hegemônico, apesar de direcionarem lutas para diferentes contextos, já que existem diversas divergências entre vários grupos diferentes, sendo alguns relacionados a pauta da maternidade. A relação das mulheres negras e da classe operária dentro do movimento não foi relevante, embora quisessem, porém, não foram incluídas. Com isso, no feminismo negro criou-se uma essencialidade na busca pelo combate ao racismo, assim como o *mulherismo*⁹ que trata da luta de gênero e raça, fatores esses dominantes na sociedade, que inferioriza o lugar da mulher negra afro-brasileira e seus valores.

⁹ O *mulherismo*, ou *mulherismo africana*, trata-se de um movimento objetivado a mulher negra, suas raízes, a família e principalmente a maternidade. Como explica Aza Njeri “A sua principal abordagem é materno-centrada, considerando a liderança social que as mães negras têm nas nossas comunidades” (NJERI, 2020).

A reflexão acerca dessas categorias supramencionadas trata-se de uma noção sobre os diversos estereótipos atribuídos à mulher negra afro-brasileira e seu corpo na sociedade, são reveladoras “no sentido de mostrar que o corpo serve como instrumento de dominação ou de resistência, quando instrumentalizado para tal” (CONCEIÇÃO, 2013, p. 185). Essa dominação regida desde o seu passado, inclui a visualização do seu corpo, principalmente fatores relacionados à maternidade, ponto central do debate aqui mostrado, com o intuito de revelar que os atributos não são bem-vistos para as mulheres negras afro-brasileiras assim como para as mulheres brancas.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mulher negra afro-brasileira enfrenta diversas problemáticas em relação a sua maternidade, derivadas de preconceitos e inferiorização de gênero, raça e muitas vezes classe, tais como a construção de imaginários de sexualização e estereotipação para com o corpo da mulher negra afro-brasileira e ou a associação a situação de escravidão sofrida pelo povo negro, fatores que convergem em precariedades no que tange a criação de direitos voltados as mulheres negras afro-brasileiras.

Considerando as informações mencionadas no decorrer do projeto, a mulher negra afro-brasileira quase sempre esteve inserida em uma posição inferior de submissão social, e nesse sentido, quase continuamente foi vista em situação de inadequação para ser mãe, de acordo com a sociedade, retirando direitos e valores corporais das mulheres negras afro-brasileiras. Deixando visível que mesmo depois do início do feminismo que incitou lutas por igualdade da mulher em diversas pautas sociais, as mulheres negras não foram incluídas nessas pautas. Ao contrário, de alguma forma, tais pautas acabavam por salientar as interseções e rotulações de gênero, raça, erotização, sexo e também da maternidade que acompanham a vida da mulher negra afro-brasileira.

O diálogo teórico realizado expressa, brevemente, os estereótipos criados sobre o corpo da mulher negra afro-brasileira e conseqüentemente sua maternidade, em detrimento de imaginários do seu passado escravista que ainda hoje acarretam em uma grande dificuldade na vivência dessas mulheres e sua maternidade. Esta noção pode se reafirmar ou se modificar ao longo das pesquisas, com a coleta de dados, assim como as observações do contexto pesquisado.

Pretende-se alcançar, um público variado e interdisciplinar, isto é, pessoas que se interessem nas questões das mulheres negras afro-brasileiras ou mesmo aquelas que desejam ter conhecimentos acerca da temática, e assim, contribuir para a valorização da mulher negra afro-brasileira com o intuito de mitigar os estereótipos do seu corpo e principalmente da sua maternidade. Proporcionando também, um aporte em futuras pesquisas, abrangendo mais cognição acerca do tema aqui trabalhado.

9 CRONOGRAMA

Quadro 1 – Calendário de atividades

Atividades	Período					
	1º mês	2º mês	3º mês	4º mês	5º mês	6º mês
Revisão bibliográfica	X	X	X	X		
Fichamentos das bibliografias e recolha dos dados	X	X	X	X		
Pesquisa de Campo		X	X	X		
Análise dos dados ediscussão teórica		X	X	X	X	
Escrita da monografia		X	X	X	X	
Revisão do texto final					X	X
Apresentação dos resultados ou defesa pública						X

Fonte: elaborado pela autora.

REFEÊNCIAS

ANDRADE. Michely Peres de. **Lélia Gonzalez e o papel da educação para o feminismo negro brasileiro**. Revista Interterritórios, Caruaru, n. 6, 2018.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o Mito do Amor Materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas**, v.3, n. 2, pp 458-463, 1995.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BORIS, D. J. B.; CESÍDIO, M. de H. **Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade**. Fortaleza, 2007.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, pp. 117-133. 2003.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. Campinas: Papyrus, 1988.

CONCEIÇÃO, Joalice. Tradição, sexismo e masculinidade subalternizada nas irmandades negras. In: DIAS, A.F; PACHECO, A. C. **Gênero trans e multidisciplinar**. Jundiaí: Pacheco Editorial, 2013.

CRWSWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2 ed. Porto Alegre: Editora Artmed 2007.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

EVARISTO, Conceição. Gênero e Etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In: MOREIRA, N. M. de B; SCHNEIDER, L. (Org.) **Mulheres no mundo: etnia, marginalidade e diáspora**. João Pessoa: Ideia; Editora Universitária UFPB, 2005.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Editora Globo, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**. 48 ed. Recife: Global Editora, 2003.

GONZALES, Lélia. O Papel da Mulher negra na Sociedade Brasileira: uma abordagem político-econômica. Los Angeles: mimeografado,1979. In: PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **“Branca para casar, mulata para f... e negra para trabalhar”;** escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. 2008. 317 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

HOOKS, Bell. **Mulheres negras: moldando a teoria feminista**. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 16, pp. 193-210, 2015.

LOURO, G. L. **O corpo educado**. 2 ed. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2000.

MÉLLO, R. P. **Corpos, heteronormatividade e performances híbridas**. Fortaleza: Psicologia & Sociedade, pp. 197-207, 2012.

MOREIRA, Núbia Regina. **Feminismo negro brasileiro: igualdade, diferença e representação**. 31º Encontro da ANPOCS, Minas Gerais, 2007.

NETO, O. C. O trabalho de campo como descoberta e criação. *In*: DESLANDES, F. Suely; GOMES, Romeu; MINAYO, C. S. Maria. (Org.) **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

NJERI, Aza. **Vamos falar de Mulherismo Africana?** Alma Preta, Jornalismo Preto e Livre, 2020. Disponível em: <https://almapreta.com/sessao/quilombo/vamos-falar-sobre-mulherismo-africana>. Acesso em: 12 jan. 2021.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **“Branca para casar, mulata para f... e negra para trabalhar”;** escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em **Salvador, Bahia**. 2008. 317 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. *In*: ALMEIDA, H. B; SZWAKO, J. E. **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Graphium Editora, 2011.

_____. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, p. 137-150, 2001.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. Edmund Burke e a gênese conservadorismo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 126, p. 360-377, 2016

SILVA, F. C. **Maternidade negra em um defeito de cor: história, corpo e nacionalismo como questões literárias**. 2015. 210 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015.

SILVA, V. R. R da. **Entre quilombos e palenques: um estudo antropológico sobre políticas públicas de reconhecimento no Brasil e na Colômbia**. 2012. 264 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2012.

WELZER-LANG, Daniel. **A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia**. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis 2001.